



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

(A Educação e a abertura do Ano Letivo)

Neste início de ano escolar e de forma agravada, pais, professores, funcionários e estudantes veem-se confrontados com uma escola pública mais debilitada e mais frágil.

O ano letivo inicia-se num clima de grande instabilidade nas escolas e de agudização das condições de vida das famílias.

A Escola Pública, gratuita e de qualidade e o direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar de determinação constitucional, estão sob forte ofensiva do Governo e diariamente é desvirtuada.

As escolas vivem numa permanente situação de instabilidade cada vez mais preocupante e comprometedora da necessária melhoria da qualidade do ensino, onde os docentes são tendencialmente excluídos da participação democrática nas opções programáticas, métodos e conteúdos curriculares, numa clara ofensiva à sua condição profissional e por consequência afastando os seus contributos para o que deve ser a Escola Pública: espaço de liberdade e conhecimento.

Atente-se na afronta ocorrida nos concursos para a colocação de professores, onde não chega pedir desculpas para depois nada fazer, ficando milhares de professores sem possibilidade de lecionar, aumentando por consequência o número de cidadãos portugueses a viver na situação desemprego, pessoal qualificado de que o país precisa para inverter este rumo. Note-se que esta situação de ataque à classe consubstanciou-se com a aplicação ilegal da Prova de Avaliação de Conhecimento e Capacidades, tendo esta colocado milhares de professores fora dos concursos, situação agravada com a Bolsa de Contratação de Escola que elimina uma lista geral de ordenação com critérios transparentes e justos para todos. Quando um país trata assim os seus docentes, não podemos augurar bom futuro para as novas gerações.

Um governo que devia preocupar-se com a taxa de abandono precoce, com os 3,5 milhões de portugueses sem qualquer diploma ou sem conclusão do ensino básico ou com os 1,5 milhões entre os 25 e os 44 anos sem conclusão do Ensino Secundário, coloca-se energeticamente em campo para desencadear um projeto ideológico de desmantelamento da Escola Pública, limitando o acesso ao conhecimento, elitizando o ensino, atribuindo às



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2

camadas trabalhadoras apenas a necessidade de adquirir competências profissionais ao serviço do mercado capitalista, estratificando assim o sistema educativo.

Isto resulta numa política desastrosa que mantém centenas de escolas com condições degradadas ou insuficientes. Refira-se a situação da Escola Secundária do Monte de Caparica, alvo de intervenção no âmbito do Parque Escolar e que continua a aguardar a sua conclusão, e com sucessivas diligências por parte dos órgãos autárquicos, da escola, dos pais e estudantes para a resolução desta situação.

Perante estas dificuldades, a Câmara Municipal de Almada prossegue a sua orientação no quadro das suas competências e programa político, a desenvolver investimentos na qualificação dos estabelecimentos de ensino, na promoção das atividades de enriquecimento curricular, apoio no fornecimento de refeições, apoio social escolar e este ano atribuiu a pasta escolar, composta por mochila, livros e outros materiais, a todos os alunos do 1.º ano do ensino básico do 1.º ciclo da rede pública. Trata-se de uma intervenção que exige investimentos avultados e que se encontra cada vez mais ameaçada pelos ataques que o poder local democrático sofre e pelos reflexos da política educativa governamental.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 25 e 26 de setembro de 2014, delibera:

1. Reafirmar a importância da educação e exigir que o Estado cumpra o seu papel, assumindo o reforço do investimento no sistema público de ensino e a adoção de medidas de política educativa que garantam os direitos de acesso e sucesso dos cidadãos e se afirme como recurso estratégico essencial para o desenvolvimento do País;
2. Pugnar por medidas adicionais de investimento e discriminação positiva, atendendo às dificuldades e desigualdades em contexto escolar, garantindo os apoios sociais aos mais desfavorecidos;
3. Exigir que sejam invertidas das medidas mais gravosas, de modo a recuperar o reforço das necessárias políticas de apoios e ação social escolar, recursos humanos (professores, técnicos especializados e auxiliares de educação), assim como a reorganização curricular e procedimentos de organização, gestão e funcionamento que sejam adequados às necessidades do sistema e garantam a participação da comunidade educativa;
4. Congratular-se com as opções do Município com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços educativos;



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

5. Saudar e solidarizar-se com os professores, alunos, encarregados de educação, técnicos, auxiliares de educação na luta pelas suas reivindicações e direitos e por uma escola pública de sucesso e progresso nacional;
6. Reafirmar o empenho em acompanhar a situação da educação e seus problemas e contribuir para a sua resolução, no âmbito das suas competências próprias e em articulação com a comunidade educativa.
7. Exigir o cumprimento da Constituição da República pelo princípio de um ensino público gratuito, universal e de qualidade.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Jose Manuel Nunes Almeida
(JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)

Aprovada em
Reunião Plenária
de 25/setembro/2014,
e publicitada através do
Edital N° 170/XI-1º/2013-14.